

0 papel das agências de energia no processo de transição energética

18 de Março, 2024

*Por Rogério Ivan, diretor executivo, Agência Regional de Energia e Ambiente do Oeste**



As alterações climáticas são uma das maiores ameaças à humanidade. Nos dias que correm tem vindo a ser cada vez mais evidente a relação entre as emissões de gases com efeito estufa (GEE) e a sua contribuição para o desequilíbrio climático, com consequências catastróficas para a vida no planeta.

A sociedade de hoje já vai entendendo acerca da urgência da descarbonização, que tem como principal causa o modelo económico assente no consumismo global e respetivo consumo energético fóssil.

Tendo o consumo e comércio global crescido cerca de 900% nos últimos 50 anos, o consumo de energia necessário para abastecer esse crescimento tornou-se responsável por mais de 75% do total de emissões de GEE globais em todo o mundo.

A sobre-exploração dos recursos do planeta, o desperdício e a quase inexistente gestão desses, tem levado à destruição daqueles elementos que actuavam como um mitigador natural do ciclo de carbono (florestas, solos, biodiversidade, etc...), e conseqüentemente a uma maior acumulação de CO₂ na atmosfera, em vez de funcionar dentro desse ciclo que alimenta toda a vida e que permite a coexistência com outros ciclos naturais (p.ex. o da água).

Por isso, para descarbonizar a energia utilizada torna-se necessária uma transição energética mais eficiente e mais limpa, representando assim uma das vias fundamentais para que se consiga reverter esta situação catastrófica em que nos colocámos, e assim restabelecer o equilíbrio climático.

Este processo configura-se assim num percurso extremamente complexo e

desafiante. Requer um forte compromisso da sociedade, político e com investimentos significativos, imensos, mas ainda assim certamente mais em conta do que a perda do planeta. Será essencial que todos os agentes económicos e sociais, ou seja, todos nós, se mobilizem para contribuir para esta evolução.

As agências de energia, no contexto europeu, são organizações criadas para alavancar, e facilitar a implementação de políticas ambientais e energéticas numa escala local e regional, atuando assim na promoção dos mecanismos e instrumentos focados no cidadão, através da implementação de estratégias para a sustentabilidade energética, ambiental e para o desenvolvimento sustentável.

Centenas de agências de energia, no espaço europeu, têm promovido novas tecnologias através de mostras, seminários, conferências, programas de educação criativa para a sustentabilidade, e têm desenvolvido iniciativas catalisadoras como os de iluminação pública eficiente, como foi exemplo o projeto OesteLED, que gera anualmente mais de 6 milhões de euros em poupanças (80%) e reduzindo cerca de 10 mil tonCO₂eq, a 12 municípios, um dos projetos de IP mais rentáveis no mundo, e que permitem agora o seu reinvestimento na sustentabilidade.

Este é um exemplo de como através da gestão de todo o processo de procura de financiamento, candidaturas, negociação, benchmarking e assessoria técnica isenta, o papel da Agência de Energia foi determinante no apoio aos municípios na concretização de uma iniciativa inicialmente complexa, mas capitalizadora para a região.

O financiamento da transição energética, público e privado, será assim fundamental para a sua concretização, e as Agências de Energia têm vindo cada vez mais a capacitar este conhecimento e esta necessidade de forma a conseguir encontrar soluções para se implementarem projetos de energia sustentável.

A iniciativa EUCF European City Facility, que foi coordenada pela OesteSustentável Agência Regional de Energia do Oeste, nos quatro primeiros concursos, foi exemplo disso, tendo 22 municípios portugueses conseguido financiamento para os seus conceitos de investimento em energia sustentável. A componente de investimento será por isso determinante no processo de transição energética.

De uma forma geral, as Agências de Energia e Ambiente, desempenham um papel fundamental na transição energética, ao fornecerem conhecimento técnico e institucional, ao estabelecerem uma ponte de actuação e de apoio entre cidadãos, empresas e governos, no fundo estabelecendo um equilíbrio entre o diversos actores institucionais, os privados, o tecido económico, empresarial e industrial, ou seja, entre a sociedade (incluindo até aspectos culturais), a economia e o ambiente, tal como bem define o conceito de desenvolvimento sustentável.